

Grupo dos 32 se satisfaz com proposta

O Grupo dos 32 não vai apresentar nenhuma emenda no plenário da Constituinte ao capítulo referente ao parlamentarismo do projeto de Constituição por considerá-lo perfeito e muito aproximado do projeto Hércules, alebarado pelo grupo anteriormente. Já o capítulo relativo à Previdência e o título da Ordem Econômica, tiveram na opinião do grupo, aprovados alguns artigos considerados desnecessários, que devem ser remetidos para a lei ordinária.

Essas decisões foram tomadas ontem pelo grupo numa reunião na qual foi analisado todo o projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), aprovado pela Comissão de Sistematização. O último capítulo, o das Disposições Transitórias, que dispõe sobre o tempo e mandato, presidencial, não chegou a ser analisado.

O grupo dos 32 fez comparações do projeto aprovado pela Sistematização com o Hércules, e chegou à conclusão que a maioria do que foi aprovado pela Sistematização, foi fruto de emendas apresentadas pelo grupo ao longo da votação na Sistematização. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) garante, depois de avaliar o texto de Cabral, que 90% dele estava contido no projeto Hércules.

Dependência

Segundo a deputada, o grupo não discutiu a estratégia para a votação dos pontos polêmicos em plenário, pois tudo irá depender do resultado da votação que altera o regimento da Constituinte. Ela não descarta, entretanto, a possibilidade do grupo fazer algumas alianças para a votação em plenário, até porque alguns membros do grupo dos 32 também pertencem ao grupo "Centrão". Ao final da reunião, o grupo dos 32 fechou questão em dois pontos: não admitirá que sejam apresentadas emendas substituindo títulos inteiros do projeto de Constituição já aprovado, bem, como a obrigatoriedade de 280 votos (maioria absoluta), para que as emendas sejam aprovadas.

Para Maciel sistema não terá consenso

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, afirmou que durante a reunião da Executiva Nacional do partido, hoje, não procurará estabelecer consenso sobre duas questões que considera de caráter individual: sistema de governo e duração do mandato presidencial. Maciel disse que nessas questões "cada um vota conforme sua consciência" e que portanto o consenso será tentado para outras questões polêmicas, como estabilidade no emprego e reforma agrária, entre outras.

Maciel disse que no encontro que manteve ontem com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, procurou traçar os "pontos em comum" entre os dois partidos, para a partir daí começar a elaborar estratégias. Ele considera que, embora a Executiva seja um colegiado reduzido, será possível saber o que pensa o PFL sobre os temas polêmicos através da informação das lideranças na Câmara e no Senado. Hoje, será votada também a idéia de fazer "prévidas" no partido em torno da sucessão presidencial, e que possivelmente resultarão na escolha do ministro Aureliano Chaves para disputar a presidência da República, pelo partido.

Criticas

A exclusão de temas como mandato e sistema de governo não tem convencido a todos os pefelistas, apesar da garantia do senador Marco Maciel de que não pretende influenciar na votação desses assuntos. O deputado Érico Pegoraro (RS), por exemplo, criticou o senador ontem, ao observar que o PFL não tem sequer um perfil "e não se sabe se é um partido presidencialista, parlamentarista ou monarquista". Apesar disso, diz Pegoraro, Maciel começa a fazer acordos com os presidentes dos demais partidos em torno do sistema de governo de sua preferência — no caso, o presidencialismo.

PFL articula com PDS ação em conjunto

O PFL e o PDS deverão desenvolver ação conjunta, daqui para a frente, para conter a expansão do Estado na economia e eliminar os preconceitos contra o capital estrangeiro na futura Constituição, segundo o que foi combinado, ontem pela manhã, por seus presidentes, senadores Marco Maciel e Jarbas Passarinho, respectivamente.

Maciel não adiantou todos os aspectos do acordo feito, mas disse: "Vamos tentar listar os pontos comuns, a fim de definir uma estratégia de ação. Hoje, na reunião da Executiva, vamos ter uma idéia de nossas afinidades. Ai, então, terei condições de ser mais explícito".

Já o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, foi bem mais objetivo: "Nossa conversa versou sobre o projeto da futura Constituição. Quase sempre houve identidade no tocante à xenofobia e à ampliação da estatização. Alguns pontos no projeto podem ser modificados".